



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Pessoa com Deficiência

BOLETIM

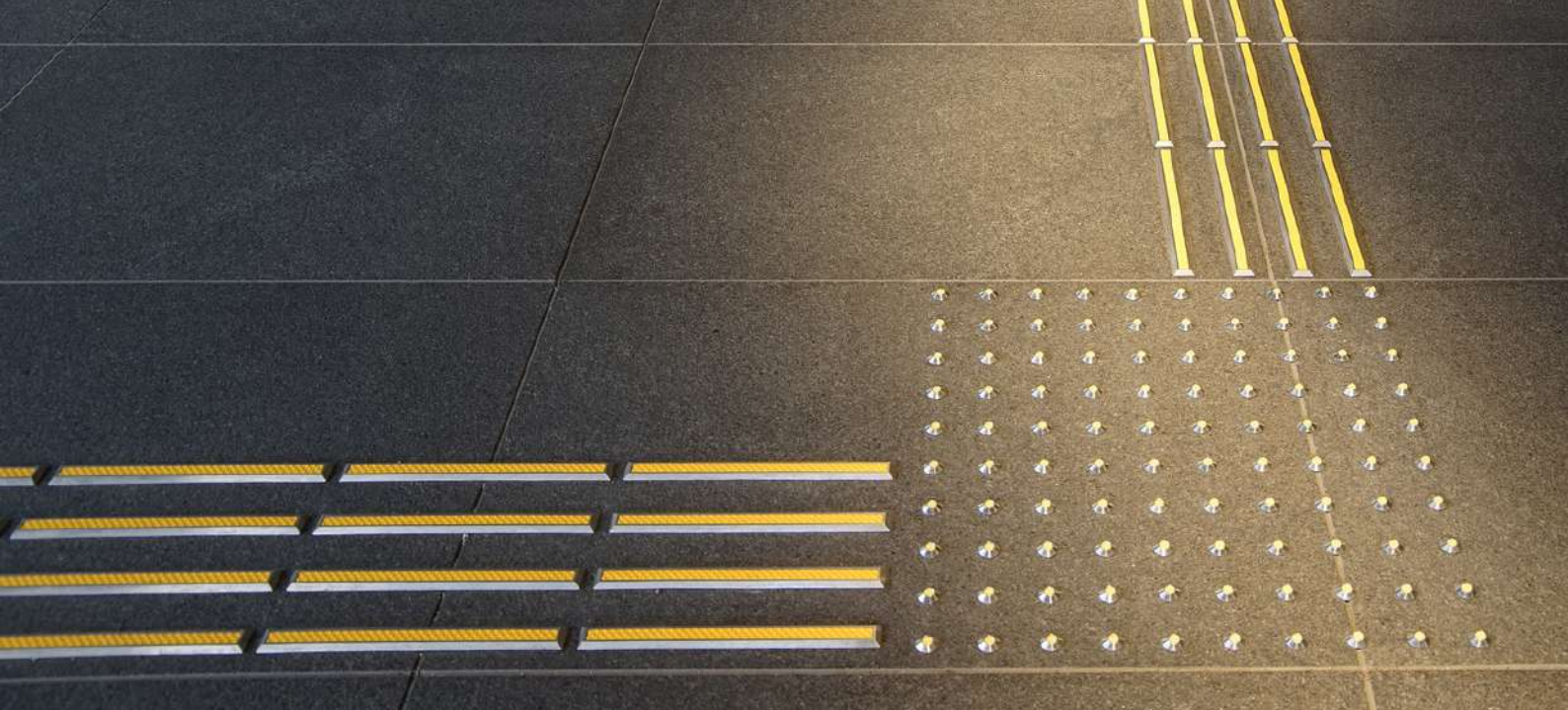
INFORMATIVO

✉ cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Edição nº 05/2024



Sumário

01

Ministério Público

02

Tribunais de Justiça

03

Conselhos Nacionais

04

Novidades Legislativas

05

Notícias

Equipe

Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza
Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Pessoa com Deficiência

Dr. Wellington Petrolini Molitor
Promotor de Justiça e Coordenador-Adjunto do CAO Pessoa com Deficiência

Thatyane Domingues Moreira Nunes
Assistente Social

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha
Auxiliar Ministerial

Kamila Valeria Reis Marques
Residente Jurídico

MPF

- MPF é contra a exigência de autorização judicial para compra de automóvel em nome de crianças com deficiência

MPPE

- EPTI cumpre recomendação do MPPE e atualiza regra para gratuidade para PCDs

MPGO

- MPGO aciona município de Mineiros para garantir terapia a criança com transtornos diversos

MPMA

- MPMA propõe Ação para garantir acessibilidade no transporte escolar

MPRR

- MPRR ajuíza Ação Civil Pública contra o Estado e Município de Boa Vista para que melhorem o atendimento aos pacientes com Autismo
- MPRR expede Recomendação para que escolas particulares da capital não recusem a matrícula de alunos com deficiência

MPPA

- MPPA move Ação para reestruturar escola em Tomé-Açu e garantir inclusão de alunos com necessidades especiais

MPRJ

- MPRJ obtém sentença que obriga Prefeitura de Barra Mansa a implantar residência inclusiva para acolhimento de pessoas com deficiência

MPPI

- MPPI aponta descumprimento de regra de reserva de vagas para PCD em concurso da FMS e ingressa com ação para retificação do edital
- Acessibilidade: MPPI celebra Termo de Ajustamento de Conduta com empresa que organiza Encontro Nacional de Folguedos



MPAL

- Após agravo interposto pelo MPAL, Judiciário determina suspensão de concurso público por redução de vagas para PCD

MPCE

- Proteção dos direitos de adultos incapazes de tomar decisões patrimoniais é tema da IV Jornada do Idoso e da Pessoa com Deficiência

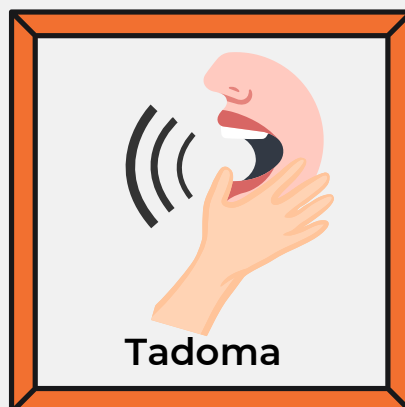
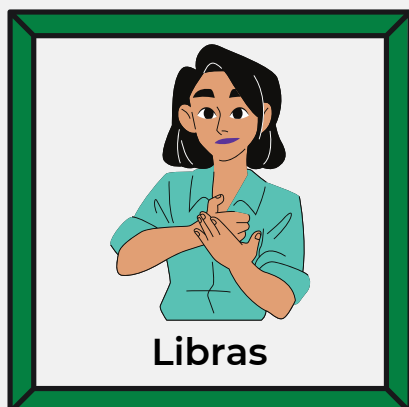
MPAC

- MPAC obtém decisão para que escola da rede privada disponibilize atendimento especial a criança com deficiência

MPES

- Compromisso firmado pelo MPES garante atendimento de pacientes autistas em Cachoeiro de Itapemirim
- Atuação do Ministério Público garante criação de Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Iúna

Formas de Comunicação das Pessoas Surdocegas



02 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

TJDFT

- ➔ Justiça determina manutenção de pessoas com Transtorno do Espectro Autista em planos de saúde
- ➔ Empresa deve indenizar passageiro com deficiência por tratamento inadequado

TJAP

- ➔ Projeto Pirralho: TJAP doa 365 itens esportivos para projeto Olímpico e Paralímpico da Unifap
- ➔ Sala de Acessibilidade do Fórum de Macapá recebe visita técnica de consultor do Prêmio Innovare

TJSP

- ➔ EPM promove debate sobre a implementação da política antimanicomial em São Paulo

TJPI

- ➔ Comarca de Demerval Lobão promove palestras acerca da inclusão educacional de pessoas no Transtorno do Espectro Autista
- ➔ Com libras e braile, TJ-PI amplia ações de acessibilidade e inclusão em sua comunicação

TJRN

- ➔ Empresa de transporte indenizará passageira cadeirante por constrangimento no embarque

TJMS

- ➔ TJ promove Webinar sobre Discriminação Institucional e Governança Inclusiva

TJRO

- ➔ Município de Ji-Paraná é obrigado pela Justiça a fornecer tratamento terapêutico a uma menina com autismo

TJPE

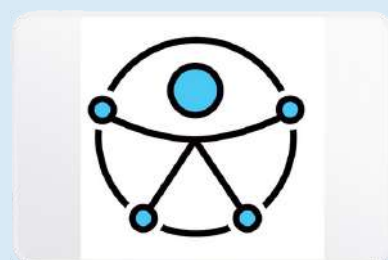
- ➔ Cijuspe/TJPE emite orientações aos magistrados em processos relacionados ao tratamento de pessoas com TEA

CNJ

Em tribunal baiano, estagiário com síndrome de Down ajuda a promover a inclusão

O rapaz tem ensinado a todos no gabinete do desembargador Maurício Kertzman Szporer, no Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), local onde desempenha suas funções como estagiário de nível médio.

Assumida em fevereiro deste ano, a vaga partiu do desejo do desembargador Maurício Kertzman em dar a oportunidade a uma pessoa com deficiência. O TJBA dispõe, de acordo com a Lei nº 11.788/2008, 10% das vagas de estágio para pessoas com deficiência.



Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário Roraimense realiza ação voltada à acessibilidade

O projeto tem como objetivo garantir acessibilidade às pessoas surdas, promovendo a participação plena e igualitária nas atividades culturais, educacionais e informativas oferecidas pelo Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário de Roraima, atendendo a Resolução CNJ n. 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

Justiça Eleitoral paranaense conta com Sala Calma para atendimento de eleitores com autismo

Ambas as salas das Centrais de Atendimento ao Eleitor de Curitiba e de Ponta Grossa são devidamente identificadas conforme a Lei nº 14.624, do dia 17 de junho de 2023, que define o símbolo de girassóis para a identificação de pessoas com deficiência oculta. Elas não apresentam estímulo visual ou auditivo, para que não seja ativado qualquer gatilho ou distúrbio na pessoa com deficiência. Além da prioridade no atendimento na Central de Atendimento ao Eleitor, vale lembrar que as pessoas com autismo têm direito à prioridade na hora de votar.



CNMP

CNMP participa de debate no Senado sobre o fechamento de manicômios judiciais

O tema do encontro foi a política antimanicomial e as medidas adotadas pelo poder público, a partir da Resolução nº 487/2023, do Conselho Nacional de Justiça. Segundo a resolução do CNJ, estados e municípios têm até o dia 28 de agosto para fechar os manicômios judiciais — alas ou instituições congêneres de custódia e tratamento psiquiátrico. O prazo inicial era o final de maio, mas a data limite foi estendida em três meses para que os tribunais cumpram a política antimanicomial e determinem, em todas as unidades da Federação, a ordem de fechamento dos estabelecimentos. Com a decisão, governos estaduais e prefeituras têm mais 90 dias para organizar unidades de saúde e adotar outras providências para o tratamento de pessoas com transtorno mental ou outra forma de deficiência psicossocial em conflito com a lei.



04 NOVIDADES LEGISLATIVAS



Lei nº 14.863, de 27 de maio de 2024 - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas.

- ✓ Câmara aprova regras para estimular a contratação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista
- ✓ Comissão aprova projeto que amplia prioridade no atendimento de saúde à pessoa com deficiência
- ✓ Comissão aprova obrigatoriedade de impressoras em braille em instituições de ensino e bibliotecas públicas
- ✓ Comissão aprova projeto reduz turma em sala de aula quando há mais de um aluno da educação especial
- ✓ Aprovado projeto que permite colocar no nome dos pais o carro comprado com isenção para criança com deficiência
- ✓ Aprovado projeto que permite férias a servidor e estagiário na mesma época que cônjuge ou dependente com deficiência
- ✓ Comissão aprova projeto que obriga escola a alterar sinal sonoro para não incomodar alunos com autismo
- ✓ Comissão aprova proposta que prevê medidas de acessibilidade em unidades de conservação da natureza
- ✓ Comissão aprova uso de recursos de multas na habilitação de pessoas com deficiência
- ✓ Comissão aprova projeto que determina a adaptação das cédulas de real para pessoas com deficiência visual
- ✓ Comissão aprova proposta que garante oferta de transporte adequado a pessoas idosas e com deficiência
- ✓ Comissão aprova projeto que garante dependência vitalícia para filhos e irmãos com deficiência moderada
- ✓ Comissão aprova proposta que amplia acesso de pessoas com deficiência a informações sobre comércio e serviços
- ✓ Comissão aprova projeto que cria política de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho
- ✓ Comissão aprova atendimento odontológico diferenciado para pessoa com deficiência no SUS



- Cartilha traz Conexão de pessoas autistas e mercado de trabalho!
- Defensor Público pede reflexão sobre a necessidade de acolhimento do trabalhador com deficiência.
- Os 5 parâmetros da Libras: quais são eles e sua importância.
- Diagnóstico tardio de autismo reflete falta de informação sobre o transtorno.
- TV Brasil promove reportagem sobre diagnóstico tardio de autismo.
- Ministério do Turismo lança curso de acessibilidade para autistas.
- Empresa de ônibus é condenada por falta de acessibilidade para passageira com deficiência.
- Governo do RS anuncia orientações para auxiliar autistas e famílias nas enchentes.
- Quais direitos das pessoas com deficiência nas viagens aéreas?
- Pessoas com deficiência ainda são invisibilizadas pelo mercado de trabalho, mesmo com qualificação profissional.
- Reatech 2024 realizará 1ª edição da Expo Brasil Paralímpico em novembro.
- Rio de Janeiro lança Colégio de Gestores para transversalizar ações para pessoas com deficiência.
- Pintor autista exibe obras na Universidade Federal do Espírito Santo.
- Presidente da Câmara afirma que cancelamentos de planos de saúde por doenças serão suspensos.





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional
Procuradoria Geral de Justiça
65 3611-0600
www.mpmt.mp.br

Contato:
cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br